

Educação para os Media nas escolas: referências e recursos para professores

Media Education in schools: references and resources for teachers

Mariana Bento Lopes
Departamento de Educação e Psicologia
Universidade de Aveiro
Aveiro, Portugal
mblopes@ua.pt

António Moreira
Departamento de Educação e Psicologia
Universidade de Aveiro
Aveiro, Portugal
moreira@ua.pt

RESUMO

Considerando os media como um suporte de conhecimento dominante, e principal estrutura de ligação entre as sociedades, torna-se urgente orientar crianças e jovens para o consumo esclarecido de informação mediada e digitalizada. Em contexto escolar, a Educação para os Media é parte da estratégia delineada para a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Contudo, esta só será uma estratégia de sucesso caso as escolas priorizem o módulo em questão e os professores tenham as condições necessárias para o exercício das suas funções, tais como formação e guias para o trabalho prático. Existem várias orientações internacionais e investigações portuguesas neste campo, que oferecem informação e materiais consistentes para que os professores possam, com segurança, abordar uma temática tão emergente como é o caso dos media. Este artigo propõe reunir, de forma concisa, as referências base ao nível da formação para professores, recursos de avaliação e recursos para atividades, buscando, deste modo, participar na aproximação entre os agentes de investigação e os agentes educativos.

PALAVRAS-CHAVE

Educação para os Media, Literacia mediática, Literacia informacional, Cidadania e desenvolvimento

ABSTRACT

Considering media as a dominant knowledge support, and the main linking structure between societies, it becomes urgent to guide students towards the enlightened consumption of mediated and digitized information. In portuguese school context, Media Education is part of the strategy outlined for the Citizenship and Development discipline. However, this will only be a successful strategy if schools prioritize this module and teachers have the necessary conditions, such as training

and guides for practical work. There are several international guidelines and Portuguese investigations in this field, which offer consistent information and materials so that teachers can safely approach such an emerging topic as the media. This article proposes to gather some of the grounding references for teachers training, evaluation resources and resources for activities, as a way to participate in the field between research agents and educational agents.

KEYWORDS

Media education, Media literacy, Informational literacy, Citizenship and development

1. Educação para os Media: o quê, para quem, para quê, quando, como e porquê?

A Educação para os Media (EpM) traduz-se no ensino-aprendizagem do *modus operandi* dos media, e é um processo pedagógico estudado em três áreas: Ciências da Comunicação, Ciências da Educação e Sociologia da Comunicação (Pereira et al., 2015). Abrange os contextos formais e não-formais de aprendizagem, mas também e sobretudo, os informais relativos à “imersão na cultura mediática”, onde crianças e jovens cada vez mais se constituem como consumidores e produtores de conteúdo (Lopes, 2011, p. 22).

Considerando o papel dos media no processo de formação do sistema de crenças e valores das sociedades tecnologicamente desenvolvidas, afigura-se a EpM como essencial para a sobrevivência dos cidadãos aos seguintes fenómenos: a) a forte adaptação e proliferação dos media no digital; b) a multiplicação de conteúdos com os mais variados e dispares graus de profissionalismo, ética e veracidade; c) o imediatismo da informação, atualizada e disponibilizada ao segundo, de

forma maioritariamente aberta e gratuita; d) a expansão do papel do cidadão agora também repórter da sua realidade, bem como o espaço dos influenciadores no contexto das já dominantes redes sociais; e) a crescente importância da comunicação visual na perceção da informação; e f) a influência dos media nos processos democráticos.

A Educação para os Media estabeleceu-se formalmente, em Portugal, a partir do documento Declaração de Braga (Comissão Nacional da UNESCO et al., 2011), fruto do 1.º Congresso Nacional de Literacia, Media e Cidadania, organizado pela Universidade do Minho em parceria com a Comissão Nacional da UNESCO, o Conselho Nacional de Educação, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), o Gabinete para os Meios de Comunicação Social, o Ministério da Educação e a Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC).

A Declaração indica várias recomendações determinantes para a estruturação da EpM nos contextos educativos, que passam pela estimulação do trabalho em rede; pelo estabelecimento de parcerias locais e nacionais; pela vinculação entre investigadores da área dos media e as escolas; pelo reforço na formação dos profissionais; e pelo investimento e integração de conteúdos de EpM no currículo escolar, bem como na disponibilização de recursos de apoio ao trabalho (Lopes, 2011). Tem como objetivo maior estimular o pensamento crítico dos indivíduos através da reflexão, permitindo que estes se posicionem face à aculturação digital da qual são vítimas. Assenta, por este motivo, na desconstrução do discurso dos media, o que engloba uma taxonomia própria, tipos de narrativas que lhe são específicos e códigos de produção de mensagens. Em posse destas ferramentas os indivíduos estarão não só mais preparados para a seleção relevante de informação, como também para a “autoria competente e responsável de conteúdos”, manifestando as suas próprias mensagens (Reia-Baptista, 2009, p.164).

A EpM alerta igualmente para o papel da “ficção, do entretenimento, da publicidade e da propaganda” (Direção Geral da Educação, 2014, p. 10) na construção das verdades comuns; inclui as audiências como elemento de ponderação para uma leitura mais precisa dos contextos, e para a identificação de assimetrias no acesso e no consumo; e lembra que a digitalização dos sistemas burocráticos e estatais exige igualmente a literacia dos cidadãos nestes domínios (Pereira et al., 2015).

2. A Educação para os Media no sistema de ensino português: o caso da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento

Entende-se por Cidadania, um “conjunto de práticas e competências individuais do cidadão” (Lopes, 2015, p. 548), que se desdobram em três grupos: a integração do indivíduo na sociedade; os direitos e deveres associados a essa relação; e a sua participação dentro da comunidade.

O cruzamento entre os objetivos da Educação para os Media e da Educação para a Cidadania sugere a primeira como condição essencial para o exercício da segunda, já que competências de Literacia Mediática (LM) tendem a orientar os indivíduos para a ação, para a procura ativa de respostas às exigências da vida em sociedade (Pereira et al., 2015). No entanto, esta ligação teórica não foi ainda estabelecida na prática, demonstrando-se até pouco significativa quanto às variáveis de influência entre ambas (Lopes, 2015). A maior ou menor competência em LM não parece influenciar diretamente comportamentos de cidadania, o que não implica, ainda assim, que a estratégia educativa mantenha o elo entre as duas.

O módulo Media é um dos módulos de trabalho da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (CeD), mas apenas obrigatório para dois ciclos do Ensino Básico (EB). Das dez áreas de competência do Perfil dos Alunos, um dos principais documentos orientadores do currículo, oito coadunam-se diretamente com os propósitos da EpM: Linguagens e Textos; Informação e Comunicação; Raciocínio e Resolução de Problemas; Pensamento Crítico e Pensamento Criativo; Relacionamento Interpessoal; Desenvolvimento Pessoal e Autonomia; Sensibilidade Estética e Artística; Saber Científico, Técnico e Tecnológico.

Em consulta aos documentos oficiais constantes no sítio da Direção Geral da Educação (DGE), é possível verificar que no caso do 1.º ciclo do EB a disciplina de CeD é uma área curricular transversal e objeto de avaliação. Já para o 2.º e 3.º ciclos do EB é uma disciplina autónoma, com organização anual/semestral e objeto de avaliação. Para o Ensino Secundário (ES) a organização é uma decisão a cargo da escola, sendo registada a participação dos alunos no seu certificado de conclusão da escolaridade obrigatória.

Com o intuito de espelhar as matérias analisadas, foi elaborado um pequeno inquérito por questionário para professores membros do grupo privado da rede social *Facebook*, intitulado Cidadania e Desenvolvimento (n.d.), que conta com 15 mil membros e tem três anos de atividade.

O questionário, anónimo, foi desenvolvido na plataforma FormsUa, e era composto por nove perguntas: três de resposta única; duas de resposta única com comentário; uma de resposta em texto curto; e três de pontuação em escala de *Likert*. Esteve ativo durante 15 dias e obteve um total de 49 respostas, 28 parciais e 21 totais. Foram sentidas algumas dificuldades no alcance deste inquérito, apesar da colaboração dos administradores do grupo do *Facebook*, pois para além de nem todos os membros terem as notificações ativadas, é um grupo com várias publicações diárias o que movimenta bastante o *feed*.

Quanto ao nível de competência digital dos respondentes, a resposta mais frequente foi a B1: Integrador(a), tendo a maioria já lecionado a disciplina de CeD em anos anteriores. Os participantes são, na generalidade, professores de línguas (Português, Inglês, Francês e Alemão), História ou Geografia, mas também há representação de professores de Ciências Naturais, Físico-Química, Sociologia, Filosofia, Educação Visual e Educação Moral.

Relativamente à inclusão do módulo Media na planificação anual do presente ano letivo 2021/22, a maioria respondeu que não vai incluir o módulo, justificando que este não é um domínio priorizado na estratégia da sua escola, que não está definido para o ano de escolaridade em que estão a trabalhar, ou que já o deram no ano anterior. Já a minoria que respondeu sim, alegou que é fundamental e pertinente, sobretudo como meio de combate às *fake news*. No que toca à formação específica, a maioria respondeu que não fez formação neste domínio.

Sobre aos documentos de trabalho listados, a maioria conhece e utiliza o Referencial de EpM da DGE, mas nenhum outro dos textos apresentados, sendo residual a percentagem daqueles que têm conhecimento por alto ou que até já leram os restantes títulos da lista. No que toca a materiais didáticos que mais utilizam em sala de aula, as respostas mais frequentes eram os materiais desenvolvidos pelos próprios; poucos materiais desenvolvidos por outros; alguns filmes; muitos vídeos; utilizam bastante a plataforma RTP Ensina (<https://ensina.rtp.pt>), entre outros sítios diversos.

Questões	Alíneas de resposta
1. Qual o seu nível de competência digital, de acordo com o DigCompEdu Check-In?	A1: Recém-chegado A2: Explorador B1: Integrador B2: Especialista C1: Líder C2: Pioneiro Não fiz o teste
2. Qual(is) a(s) disciplina(s) que costuma lecionar além de Cidadania?	R:
3. Já lecionou a disciplina de Cidadania em anos anteriores?	Sim Não
4. No presente ano letivo, vai incluir o módulo MEDIA do Grupo 2, na sua planificação anual?	Sim, porque... Não, porque...
5. Classifique os seguintes documentos para o trabalho de acordo com as suas práticas: 1 – não conheço 2 – tenho conhecimento por alto 3 – já li o documento 4 – conheço o documento em profundidade 5 – conheço e utilizo o documento	Níveis de Literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12.º ano (Sara Pereira, Manuel Pinto & Pe-dro Moura) Alfabetização Mediática e informacio-nal: currículo para formação de professores (UNESCO) Escala de Literacia Mediática e Infor-macional para os 2.º e 3.º Ciclos (Projeto Gamilearning/Lusófona) Literacia para os Media e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas (Sandra Oliveira e Rita Caetano) Referencial de Educação para os Me-dia para a Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário (DGE)
6. Fez formação específica no domínio da Educação para os MEDIA?	Sim Sim, mas não foi suficiente Não
7. Classifique os seguintes recursos para atividades, segundo as suas práticas em sala de aula: 1 – não utilizo 5 – utilizo muito	Materiais cedidos por outros Materiais próprios Sites diversos RTP Ensina Vídeos Filmes
8. Sente dificuldades nos procedimentos de avaliação do módulo MEDIA?	Sim, porque... Não, porque...
9. Classifique, na sua opinião, a inclusão da “Educação para os Media” nas escolas, quanto à sua importância:	1 – nada importante ... 5 – muito importante

Quadro 1. Guião de inquérito por questionário a professores de Cidadania e Desenvolvimento

No que concerne aos procedimentos de avaliação, há praticamente um empate nas respostas. Os participantes com dificuldades referem que o domínio é bastante abrangente e difícil de avaliar com clareza; que sentem dificuldade em criar descritores e em estabelecer articulação com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; referem o facto de as aulas serem espaçadas em 15 dias; e que, em alguns casos, nunca lecionaram o módulo em anos anteriores. Quanto aos que não sentem dificuldade, alegam que utilizam documentos guia da escola, e que, para a avaliação, têm em conta o empenho e a colaboração dos alunos na construção do produto final. Por fim, a grande maioria classifica como muito importante a inclusão da EpM nas escolas.

Novamente consultando os documentos oficiais da DGE, verifica-se que, quanto a estratégias de avaliação, é proposto à escola que reflita nos seus próprios processos de avaliação e que construa indicadores

de impacto dentro da cultura escolar — o que sendo positivo ao nível da flexibilidade pode ser gerador de discrepâncias. O documento da DGE *Avaliação das aprendizagens dos alunos em Cidadania e Desenvolvimento* (2018) propõe diretivas para os processos de avaliação, apelando à diversidade no tipo de registos, bem como nas técnicas e instrumentos empregues. Sugere que a avaliação seja contínua, sistemática, diagnóstica, formativa e que tenha como objetivo definir estratégias de promoção do sucesso, reajustar práticas, e avaliar a pertinência dos métodos de avaliação aplicados. Recomenda também que as aprendizagens sejam demonstradas através de evidências, e exploradas em torno de desafios reais que exedam a realidade da sala de aula. O documento sugere ainda descritores de avaliação ao nível do conhecimento, espírito cívico, atitudes, compreensão crítica do mundo, responsabilidade e cooperação, bem como descritores de observação dos produtos desenvolvidos.

Título do vídeo	Público-alvo	Ano de produção
Radar XS – Cyber-bullying	2.º Ciclo 3.º Ciclo	2020
Outra Escola: quando os tablets vão às aulas	1.º Ciclo	2019
Linha da Frente – Queimados na Rede: Um like que te pode desmanchar o smile	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2019
Linha da Frente – Apendar num Clique	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2019
Radar XS – Fake News	1.º Ciclo 2.º Ciclo 3.º Ciclo	2019
Fronteiras XXI – Qual poder tem a Imprensa hoje	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2018
Fronteiras XXI – Entrevista a Brittany Kaiser sobre valor dos dados	3.º Ciclo Ensino Secundário	2018
Fronteiras XXI: Manipulação nas redes sociais	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2017
#Hashtag – Jovens nas redes sociais: uma questão de likes	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2015
SeguraNet	1.º Ciclo 2.º Ciclo 3.º Ciclo	2015
Nativos Digitais: Literacia dos média	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2013
Como apareceu a Internet?	1.º Ciclo 2.º Ciclo	2013
Jovens, vídeos e fama no YouTube	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2012
Os princípios do jornalismo	2.º Ciclo 3.º Ciclo Ensino Secundário	2012
Nativos Digitais – Regulamentação na comunicação social	3.º Ciclo Ensino Secundário	2012
Nativos Digitais – Blogar com responsabilidade	3.º Ciclo Ensino Secundário	2010

Quadro 2. Conteúdos EpM disponíveis na plataforma RTP Ensin

Embora a amostra do inquérito aplicado seja residual, as conclusões vão ao encontro das preocupações listadas nas investigações sobre o tema, incidindo a problemática na formação de professores e no receio destes profissionais em acompanhar, *in loco*, os desafios do digital.

Um estudo de maio de 2021, da autoria de Sara Pereira da Universidade do Minho e Margarida Toscano da Rede de Bibliotecas

Escolares (RBE), sobre literacia mediática nas Bibliotecas Escolares (Pereira & Toscano, 2021), dá conta de um cenário idêntico, mas em relação aos professores-bibliotecários (PB). Da amostra inquirida (723 respondentes), 47% dos PB declararam não ter feito formação, e apenas 63% reconheceram o Referencial de Educação para os Media da DGE. Quanto às principais razões para a não realização

de atividades de Educação para os Media, 34% dos PB, referem, em 1.º lugar, a falta de preparação para dinamizar atividades (58% dos 34%) e 49%, afirma que é dada primazia à realização de atividades de outras áreas. O relatório também conclui que apenas cerca de 6% a 10% das atividades de LM têm carácter regular, sendo a maioria destas (44%) realizadas apenas uma vez em cada ano.

3. Formação de professores em Literacia Mediática e Informacional

Com o intuito de contribuir com uma resposta no campo da formação, a UNESCO compilou várias recomendações curriculares para professores no âmbito da aquisição de competências de Literacia Mediática e Informacional (LMI). Pensar criticamente e clicar com sabedoria (Grizzle et al., 2021) é o mote da nova edição deste currículo para professores, que vem detalhar a versão anterior (de 2013). O manual reforça que a LMI contribui diretamente para a realização de todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, e sublinha a necessidade destas competências para lidar com a crescente transformação digital e o conteúdo que nos é entregue por meio de inúmeras tecnologias e fornecedores. O manual enfatiza ainda que a implementação da EpM não tem avançado nem com a rapidez nem à escala a que aumenta a desinformação algorítmica e as desigualdades sociais, agravadas pelo contexto pandémico.

Unificando disciplinas e noções anteriormente dispersas, o documento pretende equipar os professores com ferramentas estruturantes e concretas, levando à compreensão e avaliação das condições necessárias ao bom desempenho dos meios de comunicação, que se querem independentes e pluralistas. Um dos principais objetivos é o de que professores alfabetizados nestes domínios sejam capazes de responsabilizar os seus alunos a tornarem-se cidadãos informados, críticos, autónomos e democráticos. Por outra parte, jovens capacitados para a interpretação de mensagens mediáticas multimodais, esperam e exigem dos provedores de informação um serviço de maior qualidade. O papel do público é aqui fundamental, já que os meios de comunicação em massa auto regulam-se, em parte, na expectativa da crítica pública e da audiência.

A Literacia Informacional refere-se à capacidade de reconhecer necessidades informacionais; localizar e aceder à informação; organizar e comunicar informações; fazer uso ético das mesmas; e utilizar habilidades TIC no processamento da informação. Já a Literacia Mediática diz respeito à capacidade de compreender o papel e funções dos media e das empresas de comunicação digitais em sociedades democráticas; compreender quais as condições necessárias para que os media cumpram com as essas mesmas funções; avaliar criticamente o conteúdo à luz dessas funções; e ao compromisso de participação e autoexpressão perante os media. Também a Literacia Digital está sob o chapéu da LMI, e tem que ver com o uso de ferramentas digitais; o entendimento da identidade digital; o reconhecimento dos direitos digitais; a avaliação de problemas relacionados com a Inteligência Artificial (AI); gerenciar a saúde digital; e praticar a segurança e proteção tecnológica.

Para tal, a UNESCO apela a que sejam reunidas as seguintes condições para o trabalho em ambiente escolar: que a LMI seja trabalhada como um facilitador entre culturas; que combine conhecimentos, habilidades e atitudes nos processos de ensino-aprendizagem; que exista abertura curricular para introduzir as temáticas

nas matérias escolares; e igualdade no acesso à informação. Este referencial é adaptável e flexível às circunstâncias, tratando-se de um “documento vivo” que pretende enriquecer o currículo (Wilson et al., 2013). Deve ser interpretado à luz de cada contexto de aprendizagem, considerando sempre que um dos aspetos centrais da sua implementação é o próprio debate sobre as políticas de alfabetização propostas, levando os professores a dialogar ativamente sobre as suas experiências.

Os 14 módulos de trabalho propostos neste currículo para professores (Grizzle et al., 2021) dividem-se entre temas como a introdução à LMI e outros conceitos-chave; compreender o que é informação e tecnologia; pesquisa, ciclo informacional, processamento de informação, e propriedade intelectual digital; competências de LMI para combater a desinformação e o discurso de ódio; o público como cidadão; representatividade nos media, com destaque para a igualdade de género; como os media e a tecnologia influenciam os conteúdos; privacidade e proteção de dados; oportunidades e desafios da internet; publicidade; inteligência artificial e redes sociais; media digitais, jogos e media tradicionais; e a LMI e os ODS. Cada módulo segue uma estrutura idêntica e é dividido em unidades, que por sua vez se desdobram em tópicos-chave, objetivos de aprendizagem, abordagens pedagógicas e atividades, avaliações e recomendações.

Vinculadas aos módulos estão as competências, sendo que sete são apontadas com as principais, nomeadamente, compreender o papel dos media digitais no desenvolvimento de uma democracia sustentável; interpretar os conteúdos e suas aplicações; aceder com eficácia e ética a informações; avaliar criticamente conteúdos, fontes de informação e práticas éticas; explorar formatos digitais e tradicionais; determinar os contextos socioculturais da informação, do conteúdo e dos meios de comunicação; promover a LMI entre os alunos/cidadãos, melhorando os ambientes e abordagens de aprendizagem.

Dos professores espera-se que criem condições para maximizar a utilização de media variados em sala de aula (como meio de aprendizagem continuada), a aplicação dos conceitos em experiências mais significativas para os alunos, e em que estes possam desenvolver as suas próprias habilidades de utilização de tecnologias. Posto isto, os professores devem também ser ouvintes ativos e inclusivos, árbitros nas dinâmicas e mediadores em debates, pois incluindo e organizando múltiplas visões é possível a construção de significados comuns. (Oliveira & Caetano, 2017).

Dos alunos espera-se que comuniquem de forma mais significativa, utilizando habilidades do pensamento crítico (transversais e centrais para o currículo), que desenvolvam competências de avaliação de fontes e capacidade de ação perante desvios identificados, aprendendo por meio da produção de textos e imagens.

O manual sugere abordagens pedagógicas de trabalho apropriadas para atividades LMI, tais como a abordagem investigativa; a aprendizagem baseada em problemas; a investigação científica; o estudo de caso; a aprendizagem colaborativa; a análise de textos e a análise de contexto.

A integração de conteúdos de LMI nos cursos superiores de preparação para a docência será uma das respostas mais frutíferas e com maior repercussão para a formação de professores neste domínio (Lopes, 2011).

Abordagem Investigativa	Baseada no questionamento e centrada no estudante. As suas fases são a identificação da questão; a clarificação dos factos; a organização das evidências; a tomada de decisão; e a reconsideração das consequências e dos resultados.
Aprendizagem Baseada em Problemas	É um método estruturado e cooperativo que desenvolve as bases do conhecimento. Trabalha habilidades interdisciplinares, o pensamento crítico e a solução de problemas.
Investigação Científica	Propõe explicações baseadas em evidências, observação, elaboração de perguntas, planeamento da investigação e revisão do conhecimento, à luz das evidências experimentais. Utiliza ferramentas de análise e interpretação de dados, proposição de explicações e a comunicação dos resultados.
Estudo de Caso	Adota uma visão sistemática de eventos que sustenta a investigação científica. Desenvolve compreensão profunda sobre o porquê das situações em estudo e é útil para a formulação e testagem de hipóteses.
Aprendizagem Colaborativa	Promove o questionamento entre os pares e o ensino recíproco. Desenvolve a compreensão conceptual, o pensamento complexo e as habilidades interpessoais.
Análise de Textos	Trabalha a identificação dos códigos e convenções de acordo com a especificidade dos meios de comunicação em estudo.
Análise de Contexto	Baseada na análise básica de contexto em relação aos conceitos centrais de instituições e tecnologias.

Quadro 3. Pedagogias de trabalho utilizadas em LMI

4. Literacia Mediática: indicadores de avaliação, prova prática e escala de autoavaliação

A Literacia Mediática, entendida enquanto competência, é a capacidade de responder às exigências de tratamento de informação em contextos media (Lopes, 2015). É um “saber-fazer” e resulta do processo de ensino-aprendizagem da Educação para os Media (Lopes, 2011). Compreende quatro domínios operacionais de processamento: acesso, compreensão, avaliação e criação. Compreende ainda formatos visuais não-linguísticos, como gráficos, fotográficos, infográficos e etnográficos.

O domínio do acesso diz respeito à procura e seleção de informação através de meios tecnológicos. É um domínio composto por quatro dimensões: motivacional, material, competências de acesso e usos do acesso. É sobretudo medido através de indicadores afetos a hábitos, práticas e consumos. Os domínios da compreensão e da avaliação interligam-se, e dizem respeito à capacidade de descodificação e codificação de mensagens, ao entendimento crítico, e à cultura dos media. O domínio da criação diz respeito à produção de conteúdos mediáticos, de forma responsável e criativa, intervindo no espaço público através da partilha e do conhecimento.

A proposta de indicadores para avaliação de competências de LM resulta dos trabalhos da investigadora Paula Lopes, e tem como base fontes como a rede de investigação internacional *EU Kids Online*, os estudos do *Office of Communications*, do Observatório da Comunicação, o *Program for International Student Assessment (PISA)*, o *International Adult Literacy Survey (IALS)* e o *Program for the International Assessment of Adult Competencies (PIAAC)*.

O modelo organiza-se em dimensões, domínios, operacionalização de tarefas e caracterização de estruturas de suporte. É composto por quatro níveis de atividades com diferentes graus de dificuldade. O Nível I – Localizar e Identificar é organizado por tarefas básicas de interação que alavancam os níveis seguintes. O Nível II – Integrar e Interpretar é composto por tarefas de classificação de mensagens e determinação

das principais ideias. O Nível III – Avaliar e Refletir é composto por tarefas de seleção, processamento e organização de informação oriunda de diversas fontes, bem como efetuar inferências sobre o texto. O Nível IV – Gerar compreende tarefas que exigem a capacidade de editar uma mensagem considerando a lógica jornalística e publicá-la em diferentes formatos de media.

A prova de Literacia Mediática é o instrumento de avaliação de competências que permite observar e analisar a relação do indivíduo com o universo mediático. A avaliação deste tipo de prova é indireta, uma vez que as variáveis de interpretação do processo de informação escrita são múltiplas (ou mistas), e os textos em análise não-contínuos. A conversão dos indicadores de avaliação em provas concretas tem vindo a ser uma preocupação latente nas investigações, ampliada pela necessidade de particularizar a prova aos diferentes grupos etários, ao mesmo tempo que deve acompanhar o posicionamento dos media no momento em que é aplicada (Costa et al., 2018).

A primeira medição, em Portugal, de LM em jovens no contexto da educação formal foi conduzida pelo Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho em 2013/14. Especificamente direcionado ao 12.º ano do ES, a nível nacional, o estudo de 33 questões (e que obteve uma taxa de resposta de 68%) continha uma grande percentagem de perguntas sob a forma de exercícios aos quais correspondiam pontuações. A prova e o relatório subjacente estão disponíveis para consulta através da publicação *Níveis de Literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano* (Pereira et al., 2015).

Outro instrumento que destacamos é a Escala de Literacia Mediática e Informacional (Costa et al. 2018) desenvolvido no âmbito do projeto *GamiLearning*¹, também validado a nível nacional, que tem como obje-

1 A equipa de investigação do projeto *Gamilearning* é composta por um grupo de investigadores multidisciplinar, provenientes de quatro instituições (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa; University of Texas – Austin; Universidade de Aveiro; PTC-SAPO). Disponível em <http://gamilearning.ulusofoa.pt/wp-content/uploads/escala-de-literacia-mediatica-e-informacional.pdf>

tivo medir a autoperceção de Literacia Mediática em crianças do 2.º e 3.º ciclos do EB em Portugal. A sua estrutura foi baseada num modelo centrado em competências operacionais, editoriais, organizacionais, socioculturais e de gestão das identidades digitais. É composta por 22 itens, apresentados sob a forma de escala de *Likert* de cinco pontos, e dividida em duas partes. A Parte I mede a familiaridade dos respondentes com as competências organizacionais, editoriais, operacionais e de gestão das identidades digitais. A Parte II intenta avaliar atitudes e crenças, aprendizagem e relacionamento interpessoal. Este modelo de avaliação da perceção de LM pode ser aplicado em estudos de intervenção ou como medida de diagnóstico, uma vez que o instrumento é de fácil e rápido preenchimento.

As investigações sobre esta temática em Portugal debruçam-se atualmente sobre a componente do empoderamento dos cidadãos face aos media, o que vem acrescentar à visão protecionista até aqui amplamente debatida e que concentrou maior investimento no passado (Oliveira & Caetano, 2017). Ainda assim, as atividades relacionadas com a segurança e riscos na Internet e nas redes sociais representam 31% do total das atividades realizadas pelos professores bibliotecários, revelando que esta abordagem continua a ser dominante (Pereira & Toscano, 2021).

Temas como as redes sociais, tipos de mediação parental, retornos positivos e negativos do uso continuado de aplicações, os perigos da datificação e vigilância digital, entre outros, sublinham a pertinência da Literacia Mediática e apontam um fosso em comum: a dissociação da utilização dos media no quotidiano quando comparado com a escola, sendo que uma grande maioria dos jovens apelida as atividades escolares com recurso a tecnologia de “limitadas, aborrecidas e irrelevantes” (Pereira et al., 2020, p.11).

5. Considerações finais

Consideram-se os seguintes pontos para a tomada de reflexão que norteia as considerações finais: há um desfasamento entre as políticas educativas que reconhecem o caráter improrrogável da Educação para os Media, e as práticas escolares, cujas prioridades estão muitas vezes definidas em torno do aproveitamento escolar. Ainda assim, os estudos dão conta de um trabalho colaborativo entre os atores envolvidos, bem como interesse em aprofundar os processos a este nível. Tratando-se de um módulo recente, e com o interregno provocado pela pandemia, a EpM procura ainda o seu lugar nas estratégias escolares, um espaço próprio dentro da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, e também um espaço comum e transversal a todo o currículo.

No âmbito da estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, várias têm sido as iniciativas relacionadas com a Educação para os Media. No campo da formação foram realizadas nos últimos anos as seguintes ações: *Literacia dos Media e Jornalismo: Práticas Pedagógicas com os Media e acerca dos Media* (2018, Ministério da Educação e Sindicato dos Jornalistas), *Congresso Literacia, Media e Cidadania* (5.ª edição em 2019), *Encontro Nacional de Literacia para os Media e Jornalismo* (2019), DGE, Sindicato dos Jornalistas e Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (Cenfor), *Literacia para os Media e Jornalismo: Práticas Pedagógicas com os Media e acerca dos Media* (2019/20, DGE),

Destaque também para o concurso *Medi@ção* (3.ª edição em 2020) cuja organização parte de uma parceria entre a Comissão Nacional da UNESCO, a DGE, a Fundação Altice PT, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, o Plano Nacional de Leitura, a Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros e a RBE. Em 2020, o tema do concurso foi Media, Desinformação e Desenvolvimento Sustentável,

e os alunos puderam submeter os seus trabalhos sob a forma de vídeo ou *podcast*.

Mais recentemente, em setembro de 2021, foi lançada a plataforma LEME – Literacia e Educação para os Media em Linha (<https://www.leme.pt>), uma iniciativa do Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Foi constituído um grupo de trabalho composto por entidades como a DGE, a Agência Lusa, a ERC, o Observatório da Comunicação (OBERCOM), o CECS, a RBE e o Sindicato dos Jornalistas, entre outros. A plataforma contém dispositivos para planeamento de aulas, categorizados por temáticas e em diversos formatos, destinados aos professores do pré-escolar, ensinos básico e secundário. Realçamos igualmente as publicações com sugestões de atividades LMI *Literacia para os Media e Cidadania Global – Caixa de Ferramentas* (2017), da autoria de Sandra Oliveira e Rita Caetano, e *Tratar os Media por “Tu” – Guia Prático de Educação para os Media* (2017), da autoria de Patrícia Silveira, Clarisse Pessôa, Diana Pinto, Simone Petrella e Amália Carvalho.

Não obstante a riqueza de instrumentos de trabalho disponíveis para os professores, o acelerado crescimento e mutação dos meios digitais pode desencadear relutância na exploração de conteúdos de LMI, pela necessidade de atualização constante, podendo criar até uma sensação de incerteza e insegurança (Oliveira & Caetano, 2017). Neste sentido, a parceria entre as escolas e os investigadores/projetos universitários no domínio das Ciências da Comunicação, é uma das vias possíveis para colmatar estes obstáculos, partilhando assim a responsabilidade educativa, através de palestras, *workshops* e atividades práticas, trazendo para as escolas o seu *know-how*.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, G. F. (2018). *Sociologia dos Novos Media*. LABCOM.IFP – Unidade de Investigação em Comunicação, Filosofia e Humanidades, Universidade da Beira Interior. <https://bit.ly/3uqudOt>
- Cidadania e Desenvolvimento. (n.d.). *Página Inicial*. [Facebook Page]. Facebook. Consultado em 2022, 4 de fevereiro em <https://bit.ly/34aA7ZD>
- Comissão Nacional da UNESCO, Conselho Nacional da Educação, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Gabinete para os Meios de Comunicação Social, Ministério da Educação, UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento – Graça Simões, Universidade do Minho & Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (2011). *Literacia dos Media: Declaração de Braga*. In Pereira, S. (Org.), *Literacia, Media e Cidadania: Atas do 1.º Congresso Nacional* (pp. 851-853). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). <https://bit.ly/3sfcwPn>
- Costa, C., Tyner K., Rosa, P. J., Sousa, C., & Henriques, S. (2018). Desenvolvimento e Validação da Escala de Literacia Mediática e Informacional para Alunos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, v.48 (41), 11-28. <https://bit.ly/3GusqKN>
- Direção Geral da Educação. (2014). *Referencial de Educação para os Media*. Ministério de Educação e Ciência. <https://bit.ly/3311LYo>
- Direção Geral da Educação. (2018). *Avaliação das Aprendizagens dos Alunos em Cidadania e Desenvolvimento*. Institute of Education Sciences. <https://bit.ly/3ulcYOK>
- Grizzle, A., Wilson, C., Tuazon, R., Cheung, C., Lau, J., Fischer, R., Gordon, D., Akyempong, K., Singh, J., Carr, P., Stewart, K., Tayie, S., Suraj, O., Jaakkola, M., Thésée, G. & Gulston, C. (2021). *Media and Information Literate Citizens: Think Critically, Click Wisely!*. UNESCO. <https://bit.ly/3L6DAZI>
- Lopes, P. (2011). *Educação para os Media nas Sociedades Multimediáticas*. CIES-IUL, 108, 1-30. <https://bit.ly/3gkBVBI>
- Lopes, P. (2015). Avaliação de Competências de Literacia Mediática: Instrumentos de Recolha de Informação e Opções Teórico-metodológicas. *Revista Media & Jornalismo*, 15(27), 45-69. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_27_2
- Oliveira, S., & Caetano, R. (2018). *Literacia para os Média e Cidadania Global: Caixa de Ferramentas*. CIDAC & PAR. <https://bit.ly/3GrVa6Z>
- Pereira, S., Pinto, M., & Moura, P. (2015). *Níveis de Literacia Mediática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/40488>
- Pereira, S., Pinto, M., Madureira, E., Pombo, T. & Guedes, M. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Direção Geral da Educação. <https://bit.ly/3Hs9k9y>

- Pereira, S., Ponte, C., & Elias, N. (2020). Crianças, Jovens e Media: Perspetivas Atuais. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 37, 9-18. CECS – UMinho. [https://doi.org/10.17231/comsoc.37\(2020\).2687](https://doi.org/10.17231/comsoc.37(2020).2687)
- Pereira, S., & Toscano, M. (2021). *Literacia Mediática nas Bibliotecas Escolares*. MILObs – Observatório de Media, Informação e Literacia. <https://bit.ly/3om7KP2>
- Pinto, M., Pereira, S., Pereira, L., & Ferreira, T. (2011). *Educação para os Media em Portugal: Experiências, Actores e Contextos*. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. <https://bit.ly/3AY7afi>
- Reia-Baptista, V. (2009). *Media literacy and Media Appropriations by Youth*. EuroMeduc, 161-165. <https://bit.ly/3B22i98>
- Silveira, P., Pessôa, C., Pinto, D., Pretella, S., & Carvalho, A. (2017). *Tratar os Media por "Tu" – Guia Prático de Educação para os Media*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. Direção-Geral de Educação. <https://bit.ly/3B1NsiH>
- Wilson, C., Grizzle, A., Tuazon, R., Akyempong, K., & Cheung, C. (2013). *Alfabetização Mediática e Informacional: Currículo para Formação de Professores*. UNESCO. <https://bit.ly/3gFmWm9>

SOBRE OS AUTORES

António Moreira é doutorado em Didática de Línguas Estrangeiras pela Universidade de Aveiro, onde realiza atividades de ensino e pesquisa como Professor Associado. Foi diretor do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro de 2010 a 2015, e atualmente vice-coordenador do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do CIDTFF – Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores.

Mariana Bento Lopes é licenciada em Comunicação Social, mestre em Comunicação Multimédia, e atualmente aluna de doutoramento em Multimédia em Educação na Universidade de Aveiro com o projeto CINEMA PARADIGMA. É membro do CIDTFF – Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores e bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia (PD/BD/150441/2019).